

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.146 - RJ (2018/0335010-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADORES** : MAURÍCIO GOMES VIEIRA - RJ102559  
ANA CAROLINA SOARES PIRES DE MELLO FREIRE E OUTRO(S) - RJ150005  
ANDRÉA BRAGA PEIXOTO - RJ164912  
**RECORRIDO** : RUTH DA COSTA MOTTA  
**ADVOGADO** : MARIA TERESA CAVALCANTI DE LEMOS E OUTRO(S) - RJ135453

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PECÚLIO POST MORTEM. LEI ESTADUAL N. 285/1979. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. LEI ESTADUAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJRJ, assim ementado (e-STJ, fls. 212/213):

REVISÃO DE PENSÃO PREVIDENCIÁRIA E RECEBIMENTO DE PECÚLIO POST MORTEM. VIÚVA DE SERVIDOR FALECIDO EM 2003. RIOPREVIDÊNCIA. HONORÁRIOS.

1. O pecúlio não foi revogado ou derogado pela EC. nº 20/98 e, no âmbito estadual, a sua extinção só ocorreu com a edição da Lei Estadual nº 5.109/07. Vedação do art. 5º da Lei 9.717/98 que não se aplica à pretensão da Autora, pois o servidor falecido contribuiu durante a atividade para o gozo do benefício requerido.
2. A isenção do pagamento das custas processuais não se estende à taxa judiciária, que apresenta natureza jurídica distinta, disciplinada no art. 112 do Código Tributário Estadual. O art. 115 do referido Codex só concede isenção às autarquias estaduais que figurem no pólo ativo do feito, o que não ocorre na hipótese vertente sendo certo que, em matéria de isenção tributária, descabe interpretação extensiva (CTN, art. 111, II). Controvérsia que deve ser apreciada sob outro enfoque. Embora a autarquia estadual tenha personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, cumpre considerar que seus recursos são provenientes do orçamento público configurando o instituto processual da confusão. Entendimento do STJ.
3. Verba honorária que deve ser reduzida para 5% do valor da condenação, em atenção às diretrizes do art. 20, § 4º, do CPC.
4. Provimento dos recursos.

Embargos de declaração parcialmente acolhidos para fazer constar disposições a respeito dos honorários advocatícios e da base de cálculo do benefício em discussão. Tais questões não foram objeto de irresignação nas razões de recurso especial.

O recorrente alega violação do artigo 535, I e II, do CPC/1973, ao argumento de

que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto à questão de fundo, alega ofensa aos artigos 5º da Lei n. 9.717/1998, e 40, § 12 da CF/1988, porquanto a possibilidade de pagamento de pecúlio *post mortem* pelo Estado do Rio de Janeiro seria incompatível com o disposto nos referidos artigos, que vedam que Regime Próprio de Previdência Social preveja benefícios distintos dos dispostos no Regime Geral de Previdência Social. Salienta que o referido benefício, previsto no RPPS Estadual, não possui correspondência na Lei n. 8.213/1991, que dispõe sobre as normas gerais do RGPS.

Aduz ainda, violação ao artigo 24, § 4º, da CF/1998, em razão do pecúlio *post mortem* ter previsão na Lei Estadual n. 285/1979, que teria tido sua eficácia suspensa com a edição da Lei Federal n. 9.717/1998 (que dispõe sobre normas gerais do RPPS), atendendo ao ditame constitucional que preceitua que a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei estadual, no que lhe for contrário.

Por fim, sustenta dissídio jurisprudencial com julgado dessa Corte Superior sob o argumento de que a Lei n. 9.717/1998 vedou que os entes federativos estabelecessem em seus regimes próprios de previdência benefícios distintos dos previstos no RGPS e, tendo o óbito do segurado ocorrido em data posterior à legislação em referência, quando já não havia mais previsão de pecúlio no RGPS, seria inviável seu pagamento, não havendo direito adquirido a recebimento do referido benefício.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 293/294, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

De início, não se conhece da suposta afronta ao artigo 535 do CPC/1973, pois o recorrente se limitou a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

No que diz respeito à tese de impossibilidade de pagamento do pecúlio *post mortem*, depreende-se do acórdão recorrido que a tutela jurisdicional foi prestada com fundamento na Lei Estadual n. 285/1979, considerando-a revogada pela Lei Estadual n. 5.107/2007. Destaca-se trecho do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 213/214):

Com efeito, a Lei Estadual nº 285/79, em seu art. 45, determinava que, além da pensão previdenciária, o segurado deixaria um pecúlio post mortem, correspondente a cinco vezes o vencimento base de contribuição na data do óbito e que será pago aos beneficiários designados pelo servidor falecido junto ao IPERJ, hoje sucedido pelo RIOPREVIDÊNCIA.

De salientar que, quando do falecimento do ex-servidor, em 03 de março de 2003, a Lei Estadual nº 285/79 ainda não havia sofrido as modificações introduzidas pela Lei Estadual nº 5.109/07, que extinguiram o pecúlio post mortem. Deste modo, ainda que não fosse mais considerado benefício previdenciário, por força da Emenda Constitucional nº 20/98 e da Lei Federal nº 9717/98, o pecúlio fora mantido na legislação previdenciária estadual que, até o advento da Lei nº 5109/07, não alterou sua forma de

implementação.

Assim, o recurso especial não deve ser conhecido nesta Corte Superior por demandar interpretação de normativo estranho à legislação federal. Aplica-se ao caso a Súmula 280/STF.

Ademais, a alegada ofensa ao artigo 5º da Lei n. 9.717/1998, vinculado à tese de suspensão da eficácia da Lei Estadual n. 285/1979, enquadra-se na hipótese do artigo 102, III, "d" da CF/1988. Desse modo, o recurso especial é inviável quanto ao ponto, sob pena de usurpar-se a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator